

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO SURDO

Reija Aparecida de Oliveira*
Elaine da Silva*

RESUMO: *Este estudo faz uma reflexão sobre o processo de alfabetização e letramento dos surdos. A linguagem é o primeiro contato do ser humano com o mundo, como forma de mediação e como meio de engajá-lo na própria realidade. Por esse motivo, o professor deve propor metodologias que envolvam tanto a linguagem verbal quanto a não verbal. Diante do processo de alfabetização, conclui-se que o surdo não é alfabetizado como os demais ouvintes, mas passa por um processo que chamamos de "letramento". Destaca-se nessa aprendizagem a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), considerando o bilinguismo.*

PALAVRAS-CHAVE: *Surdez, Linguagem, Letramento.*

ABSTRACT: *This study has as its aim to reflect on the process of literacy of deaf people. The language is the first contact of the human being with the world, as a way of mediation and as a way of getting involved in his/her reality. For this reason, the teacher must propose methodologies that relate both: verbal and non verbal language. By analysing the process of literacy it is possible to come to the conclusion that the deaf people are not taught to read and write like other listeners, but they go through a process called "literacy". It is important to mention how important the Brazilian Language of Signs is to this learning approach.*

KEYWORDS: *Deafness, Language, Literacy.*

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Etiologia e aspectos gerais da deficiência auditiva e surdez.

Define-se deficiência auditiva como a diminuição da capacidade de percepção normal de sons, sendo considerado surdo o sujeito cuja audição não é funcional na vida comum e parcialmente surdo aquele com audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. (RINALDI, 1997, p.19).

Portanto considera-se surdo ou parcialmente surdo aquele cuja perda é superior a quarenta e um decibéis (dB). Nesse sentido decreto nº 5626, de 22/12 de 2.005 em seu art. 2º aponta que:

* Graduada do Curso de Pedagogia da Faculdade Integrado de Campo Mourão - PR

* Professora Especialista da Faculdade Integrado de Campo Mourão - PR

Art. 2o Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (p.01).

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005).

Os dois principais problemas auditivos são o de condução, que afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades condutivas, normalmente tratáveis e curáveis, e o que envolve o ouvido interno ou nervo auditivo e chama-se surdez neurossensorial, esta pode se manifestar em qualquer idade, desde o pré-natal até a idade avançada (SURTEC, 2010).

As causas da deficiência podem ser hereditárias, adquiridas no pré-natal, peri-natal e pós-natal. Pode surgir pela ação de diferentes fatores ambientais entre eles destacam-se as infecções, drogas e traumatismos cranianos, segundo autores como Mori (2008, p. 41-55) e Silva, (2008, p.6) as causas são as seguintes:

Causas Pré-natais – Quando a mãe usa drogas durante a gravidez, infecções congênitas, doenças infecto-contagiosas-contagiosas, como: rubéola, sífilis, toxoplasmose, herpes; remédio ototóxicos, pressão alta, diabetes, exposição à radiação e deficiências vitamínicas. Outros fatores também como hemorragias no primeiro trimestre.

Causas Peri- natais – A criança pode ficar surda devido a problemas que surgem no momento do parto, como baixo peso ao nascer, asfixia perinatal, traumatismo do parto, anoxia, fórceps e infecção hospitalar

Causas pós-natais – A criança pode ficar surda após seu nascimento devido algumas doenças como: infecções, meningite, labirintite, sarampo, traumatismos sonoros, arruídos muito altos, caxumba, doenças auto-imunes e surdez súbita.

Para melhor entender o sistema auditivo de um bebê ouvinte buscase Mori (2008, p.36) que afirma:

Recém – nascido até o 4º mês – Desperta do sono com estímulos intensos variando de 50 a 90 dB. Do 4º ao 7º mês - Vira a cabeça para o lado em direção ao som entre 40 e 50 dB. Do 7º ao 9º mês - Para os sons entre 30 e 40 dB, localiza o som diretamente para os lados e indiretamente para baixo. Do 9º aos 13º meses - diretamente localiza os sons entre 25 e 35 dB para os lados e para baixo. Do 13º ao 16º - Para os sons de 25 a 30 dB, localiza os lados para baixo indiretamente para cima. Do 16º ao 21º meses – Localiza os sons para os lados, para baixo e para cima. Do 21º ao 24º meses – Localiza os sons de 25 dB em todos os ângulos.

Diante da citação acima, constata-se que na criança com audição normal seu grau auditivo é inferior a 25 dB. A criança com deficiência auditiva leve está entre 25 a 40 dB, em situação normal não costumam ter problemas, mas quando se encontra em lugares com muitos barulhos têm dificuldade para receber mensagem, as mesmas apresentam dificuldades escolares devido a fatores que compromete o desenvolvimento da linguagem.

Quando a perda auditiva é média o grau é entre 40 a 60 dB, nesse caso a fala é normal, com o uso de prótese, pois é possível desenvolver a linguagem oral. A respeito da deficiência auditiva severa o grau é de 60 a 90 dB, a aquisição da linguagem oral não ocorre espontaneamente, sendo necessário à adaptação de prótese para obter um vocabulário amplo. No caso da deficiência profunda as frequências são superiores a 90 dB, não se percebe a linguagem por via oral precisando de acompanhamento especializado. Outro caso é a cofose no qual ocorre perda total da audição, neste caso o grau esta abaixo de 120 dB, não sendo comum.

Segundo Mori (2008, p. 34), a pessoa pode ouvir de acordo com o grau de perda conforme apresenta o quadro abaixo:

Alteração auditiva	Comportamento
Insignificante	
Perda leve	Escuta qualquer som, desde que esteja um pouco mais alto.
Perda Moderada	Numa conversação, pergunta muito “hem?” E, ao telefone, não escuta com clareza, trocando muitas vezes a palavra ouvida por outra foneticamente semelhante (rato/pato; réu/mel; cão/não).
Perda Severa	Escutam sons fortes como latido de cachorro, avião, caminhão, serra elétrica e não é capaz de escutar a voz humana sem o AASI (aparelho auditivo).
Perda Profunda	Escuta apenas os sons graves que transmitem vibração (helicóptero, avião, trovão).

Fonte Mori (2008, p. 34).

Sendo assim, percebemos a importância da avaliação diagnóstica o mais cedo possível, pois os pais e profissionais competentes poderão direcionar a criança surda com mais clareza e mediações específicas objetivando o desenvolvimento global (percepção, memória atenção voluntárias, pensamento, linguagens, entre outras) dessa criança.

O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA EM RELAÇÃO AO GRAU DE PERDA AUDITIVA.

Constatando a surdez como uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação, comprometendo a aprendizagem e a qualidade da relação que o surdo estabelece com o meio, ela pode trazer sérias consequências no desenvolvimento dessa pessoa, conforme o grau da perda auditiva apresentado. Neste contexto Monte (2.004, p.19) assevera que o surdo é capaz de:

- **Surdez leve:** A criança apresenta perda auditiva até quarenta decibéis; consegue perceber os sons da fala; desenvolve a linguagem oral espontaneamente; como esse grau de surdez não apresenta grandes implicações acaba sendo descoberto tardiamente; raramente se coloca o aparelho de amplificação porque a audição é muito próxima do normal. A pessoa que tem esse déficit auditivo não percebe igualmente todos os fonemas e necessitam de clareza e algumas repetições durante a comunicação para que percebam todos os sons das palavras.

Surdez moderada: Esta perda está entre quarenta e sessenta decibéis; a criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta dificuldade na percepção de palavras, principalmente em ambientes ruidosos, conversações, em grupos e discussões em sala de aula; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com nitidez; são frequentes atrasos na linguagem e em alguns casos pode haver problemas linguísticos mais graves. No geral criança identifica palavras mais significativas, tendo dificuldade em entender as relações e formas gramaticais complexas. A compreensão verbal está intimamente ligada na capacidade da percepção visual.

- **Surdez severa:** Com este grau de perda que varia entre sessenta e noventa decibéis a criança terá dificuldades em desenvolver a fala e linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do meio familiar; a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento com especialista. Com esse tipo de perda a criança só ouvirá sons fortes, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. O que vai determinar a compreensão verbal são a habilidade e aptidões na percepção visual e nas observações do contexto das situações.

- **Surdez profunda:** O grau desta perda é superior a noventa decibéis; a criança fica impedida de desenvolver a linguagem espontaneamente; só responde a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de caminhão e avião; ficando privada de receber as informações auditivas que permite perceber e identificar a voz humana e de adquirir a linguagem por via oral precisando receber intervenções especializadas.

Nota-se a importância do diagnóstico da deficiência auditiva o mais

cedo possível, quando o surdo ainda é bebê, para que seja proporcionada a estimulação precoce ainda nesta fase. Quando a criança tem o acesso precoce à língua de sinais, seu desenvolvimento se iguala aos padrões das ouvintes, sem prejuízos no decorrer da aquisição. Além disso, todas as crianças principalmente as com surdez pré-linguística necessitam ter contato com pessoas que tenham conhecimento na língua de sinais, sejam elas familiares ou profissionais competentes, para que venham estejam em contato desde cedo na língua de sinais (LIBRAS) e aproveitar o período denominado plasticidade cerebral, que é a fase mais importante para a formação psíquica da criança tanto para apropriação da linguagem quando para seu desenvolvimento global.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO DESENVOLVIMENTO COMUNICATIVO E LINGUÍSTICO DO SURDO.

A LIBRAS, ou seja, Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna dos surdos brasileiros, porém pode ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, esta é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico. Como qualquer outra língua possui todos os elementos que uma língua requer para a prática de seu aprendizado.

A língua de sinais é uma língua natural com organizações em todos os níveis gramaticais, prestando às mesmas funções da língua orais. Sua produção é realizada através de recursos gestuais e espaciais e sua percepção é realizada por meio da visão, por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial. (FERNANDES, 1998 p. 02).

A aprendizagem da LIBRAS possibilita ao surdo naturalidade e agilidade na exposição de seus desejos, sentimentos, necessidade bem como a interação social e a estruturação do pensamento cognitivo que, para os surdos, é construída por meio da visão.

Durante muito tempo a língua de sinais foi extinta do contexto educacional, criando uma multidão de surdos “sem língua”, permitindo que as experiências vivenciais surdas fossem adquiridas em ambientes na qual a língua portuguesa predominava.

Apesar de ser uma língua pouco conhecida pelos ouvintes, ela foi sancionada pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como língua oficial dos surdos e regulamentada com tal pelo

Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que aprova esta língua como oficial dos surdos, tendo assim no Brasil duas línguas oficiais: a portuguesa e a LIBRAS.

A língua de sinais é completa e independente da língua portuguesa, pois possibilita o desenvolvimento global do surdo. Por meio da LIBRAS e do espaço visual os surdos podem comunicar-se entre si e com os ouvintes, interagindo, participando e interpretando o mundo a sua volta.

Os surdos, principalmente os que nasceram em famílias nas quais os pais são ouvintes, que é o caso da maioria deles, Marchesi (2004, p.174) afirma que “deve-se levar em conta que apenas 10% das pessoas surdas têm pais surdos [...]”, e estes estão limitados aos poucos sinais representativos que acabam criando para estabelecer a comunicação que geralmente são poucas trocas simbólicas sem muita interação com o meio social tão valioso ao desenvolvimento linguístico e psicológico do educando surdo. Assim o conhecimento de mundo será adquirido de forma condicionada ao que ele consegue abstrair de experiências visuais e vivenciais que não são mediadas e nem significadas por sua língua (LIBRAS).

É por meio da língua de sinais que o educando surdo irá estabelecer relações com o processo de ensino/aprendizagem e o mundo, desse modo deve ser compreendido da mesma forma que os ouvintes são pelas línguas orais, já que a LIBRAS é capaz de oferecer as mesmas condições de aprendizagem que a língua oral aos ouvintes. Sem a aquisição da língua de sinais, a identificação num grupo de referência fica praticamente abolida, ocasionando problemas que lhes trarão marcas significativas tanto na vida social quanto na escolar.

Freire (1991, p.11) afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra”, sendo assim a partir da leitura visual do mundo, o educando surdo realiza a leitura da palavra por meio dos gestos.

Desta forma, não há dúvidas em relação à importância da aquisição o mais precocemente possível da Língua de Sinais, pois esta possibilita evitar atrasos na linguagem, comunicação e pensamento surdo, já que, pelas diferenças lingüísticas, o surdo não dominará em sua plenitude a língua portuguesa. Uma vez que as diferentes estruturas limitam essa compreensão.

A FUNÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO DO SURDO

Evidencia-se o intérprete como sendo a pessoa que é mediadora no processo de comunicação entre o aluno surdo e professor, onde os alunos surdos estiverem envolvidos promovendo assim a integração no processo escolar. O intérprete precisa entender o deficiente auditivo em múltiplos

aspectos, pois interpretar é uma tarefa complexa, que não exige somente a interpretação, mas conhecimentos de todo o processo desenvolvido em sala de aula. A formação desse profissional deve se dar de acordo com o Decreto 5.626.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2005).

Neste sentido, o intérprete é aquele que transmite os pensamentos, palavras, emoções do sinalizador/comunicador/falante, servindo de articulador entre duas modalidades de comunicação: a oral-auditiva e gestual-visual. Esta competência deve ser “atualizada” por meio de contato com a comunidade surda e cursos de aperfeiçoamento.

O BILINGUISMO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO SURDO.

Na educação de surdo, é necessário que se utilize o bilinguismo, onde está incluída a língua de sinais local e língua escrita. Para que o surdo se aproprie da aprendizagem é importante a presença de professores bilíngues, ou seja, professores que dominam a língua de sinais além da portuguesa, já que o número de educadores surdos é bastante limitado.

O bilinguismo é uma situação lingüística em que duas línguas coexistem na mesma comunidade (social) ou em que um indivíduo apresenta competência gramatical e comunicativa em mais do que uma língua, é o conhecimento e uso regular de duas ou mais línguas. (FERNANDES, 2008, p.22).

Na realidade, o bilinguismo é língua de sinais/língua oral, único caminho pelas quais as crianças surdas podem ser atendidas em todas suas necessidades, ou seja, comunicar-se com os pais desde o início de seu desenvolvimento, ampliando suas capacidades cognitivas adquirindo conhecimento da realidade externa e assim comunicando-se com o mundo que o cerca, envolvendo surdos e ouvintes.

O processo de alfabetização e letramento no bilinguismo para o surdo envolvem o uso da Língua de Sinais como primeira língua (L1), e a língua portuguesa dos ouvintes (L2) como segunda língua, nesse contexto Botelho (2005, p. 112) afirma que:

A língua escrita e a língua oral são ensinadas como línguas estrangeiras (L2) no Bilinguismo, sendo dependentes da aquisição de línguas de sinais [...], tornar-se letrado numa abordagem bilíngue pressupõe a utilização de língua de sinais como primeira para o ensino de todas as disciplinas.

Nesse mesmo processo, é necessário criar um ambiente rico em estímulos e práticas significativas construídas a partir das habilidades visuais, interativas e cognitivas já adquiridas por meio da LIBRAS. Considerando que a maioria das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, uma proposta bilíngue deve levar em conta mais essa situação. Neste caso, a criança surda precisa ter contato com surdos adultos e profissionais qualificados desde a mais tenra idade para adquirir a língua materna e também criar sua própria identidade, desenvolver a linguagem e o pensamento, assim o aprendizado da LIBRAS será com naturalidade e menos sofrimento, ao contrário disso a criança apresentará muitas dificuldades no domínio da leitura e escrita na língua portuguesa.

Considerando a linguagem o sistema de signos mais importantes para o homem, os significados das palavras são produtos das relações históricas entre os homens. Para Vygotsky (1991, p.31), “[...] a conquista da linguagem representa um marco no desenvolvimento do homem, pois o diferencia dos animais [...]”.

Nesta perspectiva, a linguagem tem um papel importante na consciência no mundo percebido e assegura os processos de abstração e generalização e é meio de transmissão de informação e cultura, pois “adquirir a linguagem é ser bombardeado constantemente pelos sons da língua, é aprender que os desejos e pessoas têm nomes, que são constituídos de sons específicos que se seguem em seqüência” (SILVA, 2008, p. 10). Assim, se pode, então, perceber que a estrutura em que se dá a aquisição da linguagem pelo surdo é imprescindível, pois possibilita a realização da passagem do concreto para o abstrato. E por mais esta razão que a língua de sinais é fundamental para o desenvolvimento cognitivo do surdo, já que lhe dá outras condições de pensar.

Por estes motivos, os professores devem propor metodologias que envolvam tanto a linguagem verbal como a não-verbal, propondo resoluções de problemas que sejam compreendidos pelo aluno, dando atenção especial à comunicação visual (língua de sinais, gestos naturais, dramatização, mímica, desenho, escrita, etc.), para que assim venha se basear em várias

metodologias de aprendizagem.

Outrossim, as interações sociais com ouvintes vão favorecer o ensino/aprendizagem da língua portuguesa pelo surdo, no entanto, ainda falta muito para sanar a deficiência humano-social sofrida pelos mesmos por meio de estigmas preconceitos na escolas e sociedade, estes ainda maior que a auditiva. Mesmo com a visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania, distingui os alunos pelas características intelectuais, físicas, culturais, sociais e lingüísticas.

OS SURDOS: ALFABETIZADOS OU LETRADOS?

Um sujeito alfabetizado não é necessariamente um sujeito letrado, já que alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever (codificação de fonemas e decodificação de grafemas). Logo o letrado é aquele que pratica a leitura e a escrita e responde adequadamente as demandas sociais que as envolve.

Contudo, a alfabetização e letramento se somam, ou seja, a alfabetização é um componente do letramento, pois o letrado é o sujeito que além de saber ler e escrever, exerce práticas sociais de interpretação, leitura e escrita na sociedade. Nesse sentido Soares (2001, p.47) vem dizendo que “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita de modo que o individuo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado”. Diante disso percebe-se que a alfabetização e letramento não são processos distintos e devem acontecer ao mesmo tempo.

Durante as observações, se pode perceber que esta é uma realidade presente nas práticas pedagógicas que envolvem também os surdos que ao mesmo tempo é alfabetizado e letrado, pois as práticas pedagógicas são significativas promovendo práticas sociais de leitura e escrita através de livros, rótulos, criações de frases, leitura de historias, revistas, jornais, DVD, enfim por todos os materiais de leitura e escrita que serve pedagogicamente para o processo ensino/aprendizagem e circulam pela escola e meio social e proporciona o letramento desse educandos.

[...] a alfabetização em sua acepção estrita, não é uma realidade tangível para os surdoas, simplesmente porque a codificação e decodificação pressupõem a habilidades de reconhecer letras e sons (!!!). Se os surdos não têm acesso a experiências auditivas qualitativas, que lhes permitam fazer associações básicas entre fonemas e grafemas, seria inadequado nos referirmos à sua incursão ao mundo da escrita denominado esse processo de alfabetização. Em contrapartida as praticas de letramento nos dariam subsídios para discutir o processo das escritas [...]. (FERNANDES in BEBERIAN, 2006, p. 132).

No processo de letramento e alfabetização entre crianças surdas e ouvintes existe um grande abismo que as separaram, principalmente nas vivências e simbolização da infância, pois faltam aos educandos surdos, experiências significativas com a língua de sinais. As aprendizagens da língua de sinais e portuguesa pelos surdos serão decorrentes da necessidade de interação com o meio social onde está inserido, assim o aprender a língua portuguesa vai depender do sentido que esta assume nas vivências, práticas sociais e escolares por meio da primeira língua. Sendo assim, para acontecerem a alfabetização e o letramento na língua portuguesa, é preciso a constituição do sentido na língua de sinais, que deve ser ensinada como primeira e a portuguesa como segunda (FERNANDES in BEBERIAN, 2006).

As crianças ouvintes adquirem sua língua materna de forma natural. Esta possibilita a construção de hipóteses, generalizações, juízos de valores, conhecimento sobre o mundo, permitindo assim a criação de sua identidade em um grupo cultural de referência que permite esta vivência linguística. Quando estas crianças iniciam o processo de aprendizagem da escrita elas se baseiam no conhecimento oral que desenvolveram em sua língua, no caso, a portuguesa.

Para as crianças surdas, filhas de pais também surdos, a realidade é semelhante a dos ouvintes, já que elas estão desde cedo em contato com a língua de sinais e assim estão mais preparadas para a etapa escolar. Já as surdas de famílias ouvintes, que são a maioria delas, têm a apropriação e o primeiro contato com a língua de sinais propriamente dita, nas escolas especializadas onde existe um grupo maior de surdos e, provavelmente, professores especializados para interagir e mediar a aprendizagem a estes educandos.

Desta forma, é evidente que algumas crianças surdas desenvolvam práticas bimodais como modelo para identificações linguísticas, acreditando ser esse sistema de signos uma única língua (LIBRAS) e não uma “fala sinalizada”. Esta situação é extremamente preocupante e não pode ser ignorada, sendo necessária uma investigação linguística por parte do professor antes do processo de referência na educação formal dos educando surdos.

A prática bimodal trás implicações negativas ao contexto interacional a baixa exigência em relação à forma lingüística ao supervalorizar-se apenas o conteúdo e a deformação da enunciação pelo ajuste entre fala sinais, gerando omissões, supressões e invenções por parte do ouvinte. (BOTELHO, 2002, p. 122).

Segundo Fernandes in Berberian (2006, p. 129), o atual ensino do português escrito para surdo desconsidera grande parte dessas reflexões,

os caminhos metodológicos percorridos pela escola ignoram sua singularidade e seguem reproduzindo os mesmos encaminhamentos utilizados para crianças não surdas que possuem suas referências oral-auditivas de sua língua materna e os utilizam para apropriar-se da escrita.

O fato é que, a alfabetização de surdo se torna um problema tendo em vista que a escrita é a representação da fala e isso envolve a oralidade. Diante da limitação auditiva que não lhes permite fazer associação entre fonema e grafema, seu conhecimento sobre a escrita será sempre insuficiente. Além disso, o material utilizado para estudo da escrita não é o retrato do que realmente é a língua falada pelos ouvintes, causando uma desordem no pensamento surdo refletindo muitas vezes na escrita.

Fernandes (2008) ressalta que o livro didático é o material mais utilizado em sala de aula pelos professores para mediar o letramento aos educandos surdos. Este está carregado de normas cultas e não reflete a linguagem de intercâmbio diário e circunstâncias significativas mesmo para os ouvintes que tem o português como língua materna, com isso os surdos ficam privados de receber o contexto gramatical na íntegra, já que os livros são produzidos para os ouvintes, ficando, assim, fora da realidade surda. Os surdos enfrentam problemas como este, pois as práticas pedagógicas reproduzem os modelos de aula em português como língua oficial. Sendo ela um conjunto de estruturas gramaticais a ser assimilada, memorizada, repetido e apresentando muitas possibilidades, torna-se inadequada para o surdo.

A dimensão discursiva da língua, que acaba por definir sua organização semântica e sintática, não se encontra sistematizada em material escrito convencional. Pelo menos não no disponível na atual indústria editorial de livros didáticos, que costuma utilizar a orientação estruturalista/normativista em seus materiais. (FERNANDES IN BERBERIAM, 2006, p. 137)

Diante das considerações expostas, a prática do letramento na educação de surdo deve promover a aquisição e o desenvolvimento em língua de sinais (LIBRAS), como primeira língua e reflexões sobre as implicações do aprendizado da língua portuguesa, como segunda. Entre surdos e ouvintes há uma enorme desigualdade no processo de apropriação da leitura, escrita, interpretação, conhecimento de mundo e vivências, para o surdo mais que para os ouvintes é complexo compreender as linguagens e no geral o mundo em que vive, pois toda a aprendizagem ocorre pela visão e não por via oral auditiva como para os ouvintes.

CONSIDERAÇÕES

É possível considerar a partir desta pesquisa que são inúmeras as questões envolvidas no processo de alfabetização e letramento do surdo, estão imersas entre políticas e métodos, destacando-se entre tais o compromisso com o desenvolvimento humano. Neste sentido, falar de desenvolvimento, alfabetização e letramento, bilinguismo, linguagens e de outras questões que envolvem os surdos não é coerente se não houver realmente o compromisso em contribuir com o desenvolvimento global do educando em todas as instâncias.

Conclui-se ainda que na falta da linguagem oral, é a língua de sinais que proporciona ao surdo o acesso aos conhecimentos, valores, regras de conduta, formas de pensar e agir, e com isso se aumenta importância da inserção do bilinguismo no processo de ensino-aprendizagem e meios sociais, já que facilita e propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo. Também auxilia no processo de desenvolvimento da linguagem e do pensamento, evitando o atraso no ensino-aprendizagem na língua portuguesa e LIBRAS, bem como favorece a produção escrita, servindo de apoio para a cultura e a compreensão dos textos escritos.

Portanto o processo de ensino-aprendizagem é, uma constante busca de melhores condições de métodos mais satisfatórios, de políticas reais, de planejamentos, conhecimentos das capacidades psíquicas, afetivas e sociais, entre tantos outros itens que integram a educação, e que precisam ser constantemente avaliados.

Pela literatura pertinente pesquisada pode-se observar que os autores atribuem extrema importância a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois este é o canal mais efetivo de comunicação entre professores e educandos. Também se aferiu mediante a revisão de literatura que são muitos os dispositivos legais que contemplam a aprendizagem e o deficiente auditivo.

Enfim ao término dessa pesquisa pode-se concluir que é necessário ampliar os conhecimentos e reflexões acerca do sujeito surdo e também favorecer o intercâmbio de idéias para melhor atendê-lo, numa perspectiva de divulgação de conhecimento e resultados para superação das dificuldades no processo de desenvolvimento da linguagem, alfabetização e letramento com efetivação das propostas educacionais que contemple o surdo em sua diferença.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: Ideologias e práticas pedagógicas**. São Paulo: Autêntica, 2005.

BRASIL, Casa Civil. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

BRASIL - Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, 2ª edição.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____, Casa Civil. **Lei n.º 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em :01 jun 2010.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALÁCIOS, Jesús.e colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2 ed, Porto Alegre: Artmed, 2.004.

FERNANDES, Sueli. Apostila do Curso de Pós-graduação Educação Bilíngüe para Surdos. Paraná: Ipê, 2008.

FERNANDES, Sueli. // Letramento na educação bilíngüe para surdos. In: BERBERIAM, A. P. Letramento Referência em saúde e educação, **São Paulo: Plexus, 2006. p. 117-143.**

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____, **Pedagogia da autonomia.** 20 ed. São Paulo: Paz e Terra 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____, Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos /** .2 ed. Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/INEP/SEED, 2007.

MAZZOTTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORI, N.N.R. **Fundamentos da deficiência Sensorial Auditiva.** Maringá: Eduem, 2008.

MONTE, Francisca Rosineide Furtado do, SANTOS, Ide Borges dos. **SABERES E PRATICAS DA INCLUSÃO: dificuldades de comunicação e sinalização.** São Paulo: Brasileira – MEC, SEESP, 2.004.

RINALDI, Giusepe, etc al. **Educação Especial Deficiência Auditiva.** Volume I Brasília: MEC/SEESP, 1997.

_____, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva.** Brasília:

SSSP,1997.

SILVA, Lucia Palú da. **Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores de ensino fundamental**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE: Mandirituba, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semynovich.. **Pensamento e Linguagem**: São Paulo: Martins Fontes, 1991.